

INDICAÇÃO

Indica ao Governador do Estado da Bahia, Excelentíssimo Senhor Jerônimo Rodrigues, a formação e instituição de uma Comissão Multisetorial de Gerenciamento da Emergência Climática com a finalidade de monitoramento, construção de estratégias e encaminhamento de ações visando a mitigação dos efeitos da estiagem prolongada do corrente ano em municípios baianos.

O Deputado Felipe Duarte, baseado no Art. 139 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa da Bahia, faz encaminhar, através da Mesa Diretora desta Casa, ao Excelentíssimo Governador Jerônimo Rodrigues, INDICAÇÃO para criação de Comissão Multisetorial de Gerenciamento da Emergência Climática, com a finalidade de acompanhar, analisar, debater, formular estratégias articuladas e encaminhar ao Gabinete do Governador, propostas de ações de enfrentamento e mitigação dos efeitos da estiagem prolongada em regiões e municípios baianos no ano de 2023.

JUSTIFICATIVA

Boa parte da região do semiárido baiano encontra-se sob risco de enfrentar um longo período de estiagem, fora dos padrões dos últimos anos. Na microrregião de Guanambi, centro-sul baiano, por exemplo, as últimas chuvas significativas ocorreram em janeiro. Apesar de estarmos encerrando o ciclo da estação chuvosa, as chuvas registradas foram em quantidade insuficiente e de forma dispersa, atingindo apenas algumas áreas específicas. A situação é de alerta máximo.

Confirmando esse quadro, a tendência nos próximos meses é de um agravamento severo no cenário regional, com sérias consequências socioeconômicas para a economia local como um todo, mas especialmente para agricultores familiares, pequenos produtores.

Lembramos que, além da escassez das chuvas, a região sofreu com ataques de pragas entre dezembro de 2022 e janeiro deste ano. As cigarrinhas destruíram áreas de pastagens, trazendo prejuízos inestimáveis, já que as áreas de reserva de pastos, formadas exatamente para a travessia do período de seca regular foram completamente destruídas e não foram recompostas devido à ausência das chuvas.

Continuando o atual cenário de escassez de chuvas e iniciado o período das secas, a situação tende a assumir feições críticas. Há baixa disponibilidade de alimentos, considerando a região como um todo e um cenário de demanda explosiva tende a pressionar os preços de ração, - alternativa imediata num contexto como esse-, que pode vir a faltar diante de um cenário com demanda generalizada.

Observemos ainda a situação de milhares de famílias carentes, cuja vulnerabilidade tende a assumir níveis preocupantes em um cenário desses. É verdade que muitas estratégias de segurança hídrica para o abastecimento humano tomaram forma nos últimos anos nas regiões que sofrem com a irregularidades das chuvas, mas considerando a estiagem atual, a oferta de água para consumo está comprometida para uma parte da população, exigindo, também, ações emergenciais de abastecimento.

Nesse sentido, é importante a constituição de uma Comissão Multisetorial, envolvendo técnicos das secretarias de Estado da Casa Civil; da Fazenda; do Desenvolvimento Econômico; de Planejamento; da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura; da Assistência e Desenvolvimento Social; da Infraestrutura; de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Rural.

Uma vez formada, caberá à Comissão, dentre outras ações e papéis a critério dos seus membros:

1. Identificar municípios e regiões com estiagem prolongada fora do padrão regular;
2. Realizar monitoramento sobre a ocorrência das chuvas, volume precipitado e previsões nas próximas semanas nas regiões sob risco de estiagem prolongada;
3. Criar um padrão de classificação de riscos quanto à ocorrência e aos efeitos da estiagem prolongada e

aplicá-lo aos municípios;

4. Mapear o perfil socioeconômico desses municípios, com destaque para o segmento da agricultura familiar e comunidades carentes;
5. Mapear centros regionais periféricos às regiões de risco de estiagem com potencial produtivo para fornecimento de insumos para rebanhos de animais (Isso pode servir para compor eventual estratégia logística de fornecimento de alimentos), bem como mediadores de oferta hídrica para abastecimento humano;
6. Propor ações emergenciais e estruturais e municiar o Gabinete do Governador de informações prévias confiáveis e precisas, para que ações de mitigação dos efeitos da estiagem prolongada possam ser antecipadas, de maneira a diminuir os impactos socioeconômicos na população em geral, pequenos produtores rurais e comunidades vulneráveis;

Em termos precisos, as regiões sob risco de estiagem prolongada ainda estão passando pelo período regular das chuvas. É possível, portanto, que as chuvas retornem nas últimas semanas de abril e a situação venha a melhorar substancialmente, afastando o risco de uma crise grave. Entretanto, situações como essas, de risco generalizado e com efeitos socioeconômicos dramáticos sobre a nossa população, não podem ficar sujeitas ao acaso.

As cenas sofridas das secas do passado ainda estão em nossa memória. Importa realizarmos todos os esforços possíveis para que elas não ganhem a realidade concreta outra vez.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2023.

FELIPE DUARTE

DEPUTADO ESTADUAL